

INFORME DE MONITORAMENTO

26 de outubro de 2025



Edição nº167 SE 44

GOVERNO DE MINAS REFORÇA AÇÕES DE VIGILÂNCIA CONTRA O SARAMPO EM UBERLÂNDIA - 31/10

O Governo de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Saúde (SES-MG), está intensificando as ações de vigilância contra o sarampo em Uberlândia, no Triângulo Mineiro. A mobilização ocorre devido à investigação de nove casos suspeitos de sarampo notificados no município.

A SES-MG, com o apoio da Força Estadual do SUS (FES-SUS), enviou equipes técnicas para atuar em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde de Uberlândia nos dias 4 e 5 de novembro.

O principal objetivo é ter uma resposta rápida e eficaz, que inclui:

- **Investigação epidemiológica** dos nove casos suspeitos.
- **Intensificação da vacinação** na cidade.
- **Capacitação** de profissionais locais em coleta de amostras, vigilância laboratorial e manejo clínico.
- **Acompanhamento clínico** para confirmar se os casos são de sarampo ou de outras doenças com sintomas semelhantes, como as arboviroses.

O subsecretário de Vigilância em Saúde da SES-MG, Eduardo Prosdocimi, afirmou que a atuação integrada é essencial para monitorar o cenário, especialmente porque o estado não registra transmissão local da doença desde 2020. A Secretaria reforça que a **vacinação com a Tríplice Viral** é a principal medida de prevenção e está disponível em todas as unidades de saúde, sendo crucial manter a cobertura acima de 95%.

Link: [Casos de sarampo em Minas](#)

Tags: Sarampo; Surto; Minas.

Board: Monitoramento - Casos de sarampo.

Ações adotadas: Continuar monitorando.

Próximos passos: Continuar acompanhando.

Notícias analisadas: 5

Notícias relevantes: 1

ANVISA ESCLARECE: PLÁSTICOS NÃO ESTÃO AUTORIZADOS COMO COMPONENTES DE ALIMENTOS - 21/10

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária esclareceu que plásticos, incluindo o polipropileno (PP) micronizado, não têm autorização para serem utilizados na composição de alimentos, sejam eles preparados ou industrializados.

Portanto, nenhum pó decorativo ou *glitter* que contenha o chamado “PP micronizado” pode ser usado em produtos de confeitaria ou para decoração de alimentos. Esses materiais plásticos são permitidos apenas em objetos decorativos não comestíveis.

Os produtos usados para colorir bolos, doces e similares são considerados alimentos e, por isso, devem ser feitos a partir de ingredientes e aditivos alimentares previamente autorizados pela Anvisa após avaliação de segurança.

Para que consumidores e profissionais de confeitaria possam identificar se um produto é seguro para consumo, a Anvisa orienta a verificar o rótulo:

- Lista de Ingredientes: Todos os aditivos devem ser autorizados para uso em alimentos.
- Denominação de Venda: Deve ser o nome oficial do produto, como “Corante artificial para fins alimentícios”.
- Informações Adicionais: Deve constar lote, data de validade, declaração de glúten e advertências sobre alergias.

Quais aditivos estão autorizados?

Os aditivos autorizados e as respectivas condições de uso podem ser consultados em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZmQ2ZDBjNTItMDFmMi00MmM5LWE4Y2QtMzBhOGZlYTU4OGUzliwidCI6ImI2N2FmMjNmLWMzZjMtNGQzNS04MGM3LWI3MDg1ZjVlZGQ4MSJ9&pageName=ReportSection08a3239a66872bb5b7a9>

Ao acessar o painel, é possível, por exemplo, selecionar a aba “Busca Específica”, escolher a “Função” Corante e verificar todas as substâncias autorizadas para esta finalidade. O painel do link acima também permite outras buscas.

Como denunciar?

Atenção! Nenhum produto com o ingrediente PP micronizado está autorizado para consumo.

Se você encontrar no comércio ou na internet algum produto alimentício com ingredientes que não são autorizados para consumo humano, faça uma denúncia para a Vigilância Sanitária da sua cidade, por meio dos [canais disponíveis para consulta no portal da Anvisa](#).

Para fazer a denúncia à própria Agência, acesse: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/canais_atendimento

Para que a denúncia possa ser investigada, é importante que seja fornecido o máximo possível de informações. Para facilitar a investigação, recomenda-se enviar imagem do rótulo completo do produto, de forma que seja possível identificar:

- a marca e a denominação;
- as instruções de uso (quando presentes);
- os dados do fabricante e/ou distribuidor (razão social e CNPJ);
- a lista de ingredientes/composição, lote e data de validade.

[Ingredientes para decorar e colorir devem seguir regras de alimentos e de aditivos autorizados.](#)

SURTOS E INFECÇÕES

CASOS DE SRAG POR INFLUENZA AVANÇAM PARA RIO DE JANEIRO E ESPÍRITO SANTO - 30/10

O mais recente Boletim InfoGripe da Fiocruz indica que o aumento de casos graves de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) por Influenza A está avançando para os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. A análise, referente à Semana Epidemiológica 43 (período de 19 a 25 de outubro), também aponta a manutenção do aumento de casos de Influenza A em São Paulo.

Além da Influenza A, outros vírus contribuem para o cenário:

O **Rinovírus** tem sido o principal agente a impulsionar o aumento de SRAG em crianças e/ou adolescentes no Acre, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

O **metapneumovírus** também contribui para o crescimento de infecções em crianças no Rio de Janeiro, Espírito Santo e Santa Catarina.

Entre os óbitos registrados nas últimas quatro semanas, a **Covid-19 (Sars-CoV-2)** foi responsável pela maior prevalência (44,9%), seguida pelo rinovírus (27,5%) e pela Influenza A (20,2%).

Devido ao avanço dos casos, a Fiocruz reforça a importância da **vacinação** em dia contra a Influenza e a Covid-19, especialmente para os grupos de risco. Além disso, recomenda-se o uso de **máscara** em locais fechados e com aglomeração nas regiões com aumento de casos.

Link: [InfoGripe](#)

Tags: Rinovírus; SRAG, Vacinação.

Board: Monitoramento – Vírus.

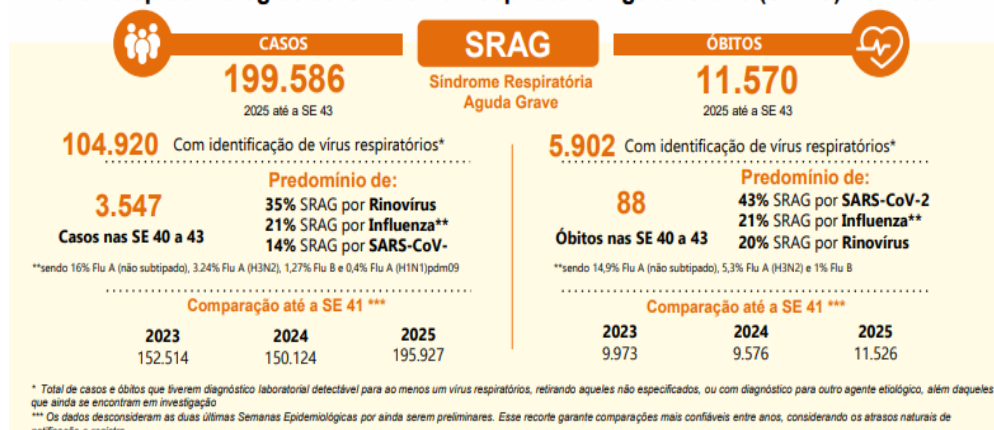
Ações adotadas: Continuar monitorando.

Próximos passos: Continuar acompanhando.

Notícias analisadas: 3

Notícias relevantes: 1

Cenário epidemiológico da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) no Brasil



ANVISA PROÍBE DUAS SUBSTÂNCIAS UTILIZADAS EM PRODUTOS PARA UNHAS - 29/10

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária aprovou uma nova resolução que proíbe o uso de duas substâncias químicas em produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, com o objetivo de proteger a saúde da população contra riscos de câncer e problemas reprodutivos.

As substâncias proibidas são o TPO (óxido de difenil (2,4,6-trimetilbenzol) fosfina) e o DMPT (N,N-dimetil-p-toluidina), também conhecido como dimetiltolilamina (DMTA). Esses ingredientes são comumente encontrados em produtos usados para fazer unhas artificiais em gel ou esmaltes em gel que requerem exposição à luz ultravioleta (UV) ou LED.

A proibição foi motivada por estudos internacionais em animais que classificaram o DMPT como uma substância que pode causar câncer em humanos e o TPO como tóxico para a reprodução, podendo prejudicar a fertilidade. Com essa medida, o Brasil se alinha aos padrões de segurança da União Europeia, que também banuiu recentemente esses ingredientes.

A resolução estabelece prazos claros para a retirada dos produtos do mercado:

- Imediatamente: Fica proibida a fabricação, a importação e a concessão de novos registros ou notificações para produtos que contenham TPO ou DMPT.
- 90 dias: Empresas e estabelecimentos têm 90 dias para parar de vender ou utilizar os produtos que já estão no mercado. Após esse prazo, todos os registros e notificações serão cancelados, e as empresas responsáveis deverão realizar o recolhimento dos produtos remanescentes.

COMO IDENTIFICAR SE O SEU COSMÉTICO CONTÉM AS SUBSTÂNCIAS PROIBIDAS?

Para que o consumidor possa verificar se o produto contém uma das substâncias, é importante observar o rótulo ou a lista de ingredientes.

As substâncias podem aparecer com diferentes nomes nas embalagens:

TPO (CAS nº 75980-60-8):

- Diphenyl (2,4,6-trimethylbenzoyl) phosphine oxide
- Trimethylbenzoyl diphenylphosphine oxide
- Óxido de difenil (2,4,6-trimetilbenzol) fosfina
- Phosphine oxide, diphenyl(2,4,6-trimethylbenzoyl)
- 2,4,6-Trimethylbenzoyldiphenylphosphine oxide
- (Diphenylphosphoryl)(2,4,6-trimethylphenyl)methanone
- (Diphenylphosphoryl)(mesityl)methanone

DMPT ou DTMA (CAS nº 99-97-8):

- N,N-dimethyl-p-toluidine
- Dimethyltolylamine
- Dimetil-4-toluidina
- N,N-dimetil-p-toluidina
- 4-methyl-N,N-dimethylaniline
- 4-Dimethylaminotoluene

NOTA TÉCNICA Nº 27/2025/SEI/GIASC/GGFIS/DIRE4/ANVISA

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária publicou a Nota Técnica nº 27/2025 para orientar o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) nas ações de investigação de intoxicação por metanol decorrente da ingestão de bebidas alcoólicas.

Definições e Competências

Segundo a nota técnica, produtos irregulares são aqueles sem registro, sem procedência ou que sofreram fraude.

Define fraude como ato ilícito intencional, que pode ser:

- Falsificação: Cópia de um produto original, incluindo o uso de informações falsas, como a mistura de substâncias para simular a bebida alcoólica ou a fabricação por empresas clandestinas.
- Adulteração: Adição, remoção ou substituição (parcial ou total) de componentes, como a adição de álcool etílico para diluir bebidas originais.

A competência para a fiscalização de bebidas alcoólicas é compartilhada:

- Ao Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) cabe a definição de padrões de identidade e qualidade, regularização de estabelecimentos e produtos, e anuência de importação. O Mapa também determina os limites tolerados de metanol residual nas bebidas.
- Ao SNVS/Anvisa compete a fiscalização nos aspectos bromatológicos e sanitários (incluindo rotulagem, contaminantes, aditivos e propaganda), o recolhimento de mercado e ações de fiscalização no comércio.

Dicas para Identificar Produtos Irregulares

A Anvisa fornece orientações para identificar bebidas suspeitas:

- Procedência: Verificar a ausência de informações básicas no rótulo (fabricante, importador, lote, validade), a presença de informações falsas (como CNPJ inexistente) ou produtos importados ilegalmente.
- Embalagem e lacre: Verificar lacres frouxos, sinais de violação, sobreposição de lacres ou amassados.
- Rótulo: Rótulos falsificados podem ter erros de ortografia, má colagem, cores borradas ou impressão de baixa qualidade.
- Preço: Desconfiar de valores muito abaixo do mercado, que podem indicar origem irregular.
- Líquido: Presença de turvação, partículas em suspensão ou coloração diferente do usual.

Ações e Tipificação Legal

As ações de fiscalização devem priorizar produtos associados a casos de intoxicação, bebidas de origem desconhecida e aquelas sem registro ou com indícios de fraude.

Essas ações devem ser feitas, preferencialmente, em articulação com a Polícia Civil, Mapa e Procons.

- Medidas cautelares: Em caso de identificação de bebidas irregulares ou contaminadas, a autoridade sanitária deve adotar medidas cautelares imediatas (interdição, apreensão ou inutilização) para reduzir o risco à saúde.
- Comunicação à Anvisa: Se um produto irregular ou contaminado tiver circulação em outros estados, o órgão de vigilância sanitária estadual deve comunicar a Anvisa para a adoção de medidas em âmbito nacional (proibição, apreensão ou recolhimento).
- Tipificação legal: A fraude, falsificação ou adulteração de bebidas são classificadas como infração sanitária sujeita à pena de advertência, apreensão, inutilização, interdição e multa, conforme a Lei nº 6.437/77.

Coleta de Amostras para Análise

A coleta de amostras deve ser feita somente para a investigação de casos suspeitos de intoxicação por metanol.

- Priorização: Deve-se priorizar o encaminhamento das amostras para laboratórios vinculados à Polícia e ao Mapa, devido ao contexto de adulteração/falsificação.
- SNVS: Farmácias de Vigilância Sanitária (VISA) devem encaminhar as amostras apreendidas (sobras ou 2 unidades do mesmo lote) ao Laboratório Central de Saúde Pública (Lacen) do Estado ou Distrito Federal.
- Encaminhamento final: Se o Lacen não tiver condições de análise, ele deve providenciar a remessa das amostras para o Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS/Fiocruz).
- Resultado Positivo: Caso o resultado do Lacen/RNLVISA seja positivo, o laboratório deve encaminhar uma amostra ou sobra para o laboratório do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal em Brasília/DF para análises adicionais.

RESISTÊNCIA ANTIMICROBIANA - PAN-VISA

A Fundação do PAN-VISA:

A resposta nacional à Resistência Antimicrobiana (RAM) teve um marco fundamental em 2015, quando a OMS publicou o Plano de Ação Global (GAP), instando todos os países a criarem seus Planos de Ação Nacional alinhados a cinco objetivos estratégicos. O Brasil atendeu a esse chamado, mobilizando diversas áreas sob a crucial abordagem de **Uma só Saúde** (humana, animal e meio ambiente).

Destaques na Fundação do Plano de Ação da Anvisa:

- **Criação do PAN-VISA (2017):** Para que as ações de vigilância sanitária fossem formalmente incluídas no esforço nacional, a Anvisa elaborou e publicou, em maio de 2017, seu plano específico: o Plano de Ação da Vigilância Sanitária em Resistência aos Antimicrobianos (PAN-VISA).
- **Objetivo Estratégico:** O PAN-VISA foi construído para estabelecer ações articuladas e efetivas dentro do contexto da Vigilância Sanitária, definindo metas e indicadores que se expressassem em atividades concretas de combate à RAM.
- **Alinhamento Nacional:** A definição final das metas e indicadores do PAN-VISA foi alinhada com o Plano de Ação Nacional do Brasil (PAN-BR), publicado em dezembro de 2018.
- **Governança Interna (Monitoramento):** A Portaria n. 157/2021 instituiu um Grupo de Trabalho (coordenado pela ASNVS) no âmbito da Anvisa, cuja responsabilidade é avaliar e monitorar trimestralmente a execução das atividades e metas estabelecidas no Plano.
- **O Futuro:** O PAN-VISA, ferramenta essencial de combate à RAM, referente ao ciclo 2025-2030, está atualmente em fase de revisão, garantindo a continuidade e a adaptação das estratégias.

Lembre-se: A estruturação e o monitoramento do PAN-VISA contribui para que a Anvisa continue sendo uma das principais barreiras contra a disseminação das superbactérias no país.

ALERTA GGMON

[Alerta 5043 \(Tecnovigilância\)](#) - Comunicado da empresa Fisher & Paykel do Brasil Ltda - Umidificador F&P Airvo 2 (81447959019); Umidificador F&P myAirvo 2 (81447959020).

[Alerta 5044 \(Tecnovigilância\)](#) - Comunicado da empresa Radox Brasil LTDA - Família de Controle de Proteínas Específicas.

[Alerta 5045 \(Tecnovigilância\)](#) - Comunicado da empresa Olympus Optical do Brasil Ltda – Videoduodenoscópio.

[Alerta 5046 \(Tecnovigilância\)](#) - Comunicado da empresa ST Jude Medical Brasil Ltda - Centrimag.

[Alerta 5047 \(Tecnovigilância\)](#) - Comunicado da empresa Biosys Ltda - MasCheck Amino acids, acylcarnitines incl. succinylacetone dried blood spot control, bi-Level (I+II).

[Alerta 5048 \(Tecnovigilância\)](#) - Comunicado da empresa Philips Medical Systems Ltda - Equipamento de Tomografia Computadorizada.

[Alerta 5049 \(Tecnovigilância\)](#) - Comunicado da empresa ST Jude Medical Brasil Ltda - Heartmate II – Sistema de Assistência ao Ventrículo Esquerdo (10332340448); Heartmate 3 - Sistema de Assistência Ventricular Esquerda (10332340428).

[Alerta 5050 \(Tecnovigilância\)](#) - Comunicado da empresa VR Medical Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos Ltda - Cama Hill-Rom® 900 Accella™.

IRREGULARIDADES

Recolhimento e suspensão de comercialização, distribuição, fabricação, propaganda e uso “ARTROFLEX NATULHA (TODOS)”

[Acesse aqui a resolução](#)

Proibição de comercialização, distribuição e uso de “TODOS OS ALIMENTOS, INCLUINDO SUPLEMENTOS (ACABADOS E EM ESTOQUE NA EMPRESA FABRICADOS ATÉ O DIA 07/10/2025)”

[Acesse aqui a resolução](#)

Apreensão e proibição de comercialização, distribuição, importação, propaganda e uso de “ANABOL (Todos os lotes)” – Produto SEM REGISTRO

[Acesse aqui a resolução](#)

Recolhimento e proibição de comercialização, distribuição, fabricação, propaganda e uso de “PÓ PARA PREPARO DE CAFÉ "FELLOW CRIATIVO", MARCA CAFELLOW (TODOS)”

[Acesse aqui a resolução](#)

TOTAL NOTÍCIAS ANALISADAS: 13

TOTAIS NOTÍCIAS RELEVANTES: 2

PAINÉIS EIOS EM MONITORAMENTO PELA CEAVS

- Board: Resistência antimicrobiana(RAM)-Emergências e surtos

Notícias analisadas:1

Notícias relevantes:0

- Board: Monitoramento-Covid-19

Notícias analisadas:1

Notícias relevantes:0

- Board: Monitoramento-Ômicron

Notícias analisadas:0

Notícias relevantes:0

- Board: Monitoramento-Mpox

Notícias analisadas:1

Notícias relevantes:0

- Board: Monitoramento-Realização de Cirurgias em Mutirões

Notícias analisadas:0

Notícias relevantes:0

- Board: Desabastecimento de Medicamentos

Notícias analisadas:2

Notícias relevantes:0

- Board: Monitoramento-Casos de sarampo

Notícias analisadas:5

Notícias relevantes:1

- Board: Medicamentos e produtos adulterados e falsificados

Notícias analisadas:0

Notícias relevantes:0

- Board: Monitoramento-Variante Zica Vírus

Notícias analisadas:0

Notícias relevantes:0

- Board: Monitoramento de vírus

Notícias analisadas:4

Notícias relevantes:1

- Board: Tuberculose

Notícias analisadas:0

Notícias relevantes:0

- Board: Febres hemorrágicas-Monitoramento

Notícias analisadas:0

Notícias relevantes:0

- Board:Lesões oculares provocadas por pomadas capilares

Notícias analisadas:0

Notícias relevantes:0

- Board:Toxina botulínica

Notícias analisadas:0

Notícias relevantes:0

- Board:Uso de vape e cigarros eletrônicos

Notícias analisadas:0

Notícias relevantes:0

REFERÊNCIAS

Governo do Estado de Minas Gerais – Secretaria de Estado de Saúde (SES-MG). Governo de Minas reforça ações de vigilância contra o sarampo em Uberlândia. Agência Minas, 03 nov. 2025. Disponível em: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/governo-de-minas-reforca-acoes-de-vigilancia-contr-o-sarampo-em-uberlandia>

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). *InfoGripe: casos de SRAG por influenza avançam para o Rio de Janeiro e Espírito Santo.* Agência Fiocruz de Notícias, 30 out. 2025. Disponível em: <https://fiocruz.br/noticia/2025/10/infogripe-casos-de-srag-por-influenza-avancam-para-rio-de-janeiro-e-espirito-santo>.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Anvisa proíbe duas substâncias utilizadas em produtos para unhas. Agência Anvisa, 29 out. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2025/anvisa-proibe-duas-substancias-utilizadas-em-produtos-para-unhas>

Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Saiba como identificar se o seu cosmético contém as substâncias proibidas TPO ou DMPT.* Brasília: Anvisa, 31 out. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2025/saiba-como-identificar-se-o-seu-cosmetico-contem-as-substancias-proibidas-tpo-ou-dmpt>